

**O TRABALHO COM AS ARTES VISUAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
OBSERVAÇÕES TEÓRICAS E RECOMENDAÇÕES LEGAIS**

***THE WORK WITH VISUAL ARTS IN CHILD EDUCATION: THEORETICAL
OBSERVATIONS AND LEGAL RECOMMENDATIONS***

Letícia Silva Valadares¹

Fabiana Vigo Azevedo Borges²

RESUMO

As Artes Visuais é uma área relevante para o desenvolvimento integral da criança, em especial das crianças pequenas, pois permite o contato com a linguagem artística e aprendizagens específicas. Nesse sentido, realizamos uma pesquisa que objetivou investigar o trabalho das Artes Visuais na Educação Infantil, bem como, destacar os objetivos e as recomendações curriculares em torno das Artes Visuais na Educação Infantil, analisando as recomendações previstas especialmente na Base Nacional Comum Curricular, promulgada em 2017. Para atingir esse objetivo realizamos um trabalho bibliográfico de cunho qualitativo, buscando analisar as recomendações legais na BNCC (2017), LDBEN (1996), RCNEI (1998), relacionando com as perspectivas de alguns autores, tais como ZILMA RAMOS DE OLIVEIRA (2008), UJIIE e PIETROBON (2008), KUHLMANN(2010), FRANCISCONI (2016). A pesquisa pauta-se principalmente na análise interpretativa das orientações legais indicadas, relacionando as diversas orientações teóricas com as definições legais, construindo uma análise que procure atender a nossa meta. Entre os resultados observados apontamos os conteúdos específicos para o trabalho com Artes Visuais no campo de experiência “traços, sons, cores e formas”.

Palavras-chave: Educação Infantil, Artes Visuais, Objetivos de Ensino.

¹Graduação no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, E-mail: leticia89valadares@outlook.com

²Docente no Centro Universitário UNIFAFIBE de Bebedouro, E-mail: fabianavigo@hotmail.com

ABSTRACT

The Visual Arts is a relevant area for the integral development of the child, especially of the young children, because it allows the contact with the artistic language and specific learning. In this sense, we carried out a research that aimed to investigate the work of the Visual Arts in Early Childhood Education, as well as to highlight the objectives and curricular recommendations about the Visual Arts in Early Childhood Education, analyzing the recommendations foreseen especially in the National Curricular Common Base, promulgated in 2017. In order to reach this objective, we carried out a qualitative bibliographical work, seeking to analyze the legal recommendations in BNCC (2017), LDBEN (1996), RCNEI (1998), relating to the perspectives of some authors, such as ZILMA RAMOS DE OLIVEIRA (2008) , UJIIE and PIETROBON (2008), KUHLMANN (2010), FRANCISCONI (2016). The research is mainly based on the interpretative analysis of the indicated legal guidelines, relating the various theoretical orientations with the legal definitions, constructing an analysis that seeks to meet our objectives. Among the observed results we pointed out the specific contents for the work with Visual Arts in the field of experience "traces, sounds, colors and shapes".

Keywords: Early Childhood Education, Visual Arts, Teaching Objectives.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é o início da jornada educativa dos futuros cidadãos brasileiros. Sendo a etapa inicial da escolarização básica está regida por uma legislação que direciona o trabalho para a formação integral da criança. Entretanto essa compreensão de Educação Infantil é relativamente nova e prevê um trabalho docente que estimule a compreensão do mundo e de todas as suas linguagens. Entre os diferentes tipos de linguagem destacamos a das Artes Visuais e por isso optamos por realizar um trabalho com o objetivo de compreender quais as recomendações e orientações na Educação Infantil.

Realizamos uma pesquisa bibliográfica de cunho qualitativo, pautada na análise descritiva, interpretativa e explicativa do contexto ou do fenômeno, considerando o significado que as pessoas ou recomendações legais estabelecem. Sendo assim, optamos por responder os questionamentos diretivos: "quais as

orientações sobre o trabalho com as Artes Visuais considerando o contexto da Educação Infantil?”, “Que conteúdos podem ser trabalhados nessa etapa de Ensino?”.

Esses questionamentos procuram atingir os objetivos da pesquisa:

- investigar os objetivos e as recomendações curriculares em torno das Artes Visuais na Educação Infantil;
- contextualizar a Artes Visuais na Educação Infantil;
- compreender as orientações da Base Nacional Comum Curricular em torno do desenvolvimento das Artes Visuais na Educação Infantil.

Para apresentar nossa pesquisa organizamos o artigo em diferentes seções. Inicialmente contextualizamos a Educação Infantil, apresentando seu percurso histórico para a consolidação de uma das etapas de ensino da Educação Básica. Em seguida realizamos uma seção na qual analisamos algumas recomendações legais e observações teóricas em torno do trabalho com as Artes Visuais na Educação Infantil. Por fim, construímos uma seção em que destacamos a Base Nacional Comum Curricular destacando os objetivos de ensino previstos para a construção de aprendizagens essenciais à área.

2 Os caminhos históricos da Educação Infantil

Considerando a temática desse artigo é importante contextualizar o universo da Educação Infantil no Brasil para compreendê-lo em sua transformação como direito das crianças e responsabilidade do estado. Para isso inicialmente nos apoiaremos na legislação que a estabelece como primeira etapa da educação básica. Dessa forma temos na Constituição Federal de 1988 o destaque para a educação infantil como direito da criança, pois conforme apresenta Oliveira (2012) “as pressões de diversos movimentos sociais possibilitaram o reconhecimento, na Constituição de 1988, da educação em creches e pré-escolas como um direito da criança e um dever do Estado a ser cumprido nos sistemas de ensino” (2012, p. 15)

Esse reconhecimento foi fortalecido com a promulgação da segunda lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN- (lei 9394/96), que em seu artigo 29 estabelece que:

A Educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, e social, complementando a ação da família e da comunidade. (BRASIL, 1996, art. 29º)

A promulgação da LDBEN de 1996 vem comprovar um processo, iniciado em meados do século XX de compreensão da infância e da criança como sujeito histórico, o que amplia de maneira significativa, o debate sobre os direitos da criança e as concepções diferenciadas a respeito das formas de educar e de cuidar da faixa etária do zero aos cinco anos.

Assim, inicia-se uma nova concepção de olhar a criança, discutindo o papel do estado, da família, e da comunidade, construindo um significado social da infância que “circunscrevia-se na perspectiva de moldá-la de acordo com o projeto que conduziria o Brasil ao seu ideal de nação” (UJIIE e PIETROBON, 2008, p.291).

Entretanto, como sabemos as primeiras tentativas brasileiras “de atender à infância brasileira foram marcadas pelas iniciativas assistenciais e filantrópicas articuladas aos interesses jurídicos, políticos, médicos, pedagógicos e religiosos” (KUHLMANN JR., 2010, p.77). Essas iniciativas tentavam superar a educação infantil estritamente familiar que restringiam a orientação das crianças pequenas principalmente às mães. .

De acordo com Paschoal e Machado (2009) “a educação da criança esteve sob a responsabilidade exclusiva da família durante séculos, porque era no convívio com os adultos e outras crianças que ela participava das tradições e aprendia as normas e regras da sua cultura” (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p.79)

O conceito da família como único educador foi se modificando no decorrer da história, marcados por eventos fundamentais e pelo desenvolvimento cultural mundial. Segundo Oliveira (2008) até meados do século XIX, as crianças pequenas que eram atendidas em instituições tipo creches era aquelas que, em geral, foram enjeitadas de famílias muito pobres, ou seja, as crianças abandonadas para receber caridade.

[...] No período que se seguiu a Primeira Guerra Mundial por exemplo, com o aumento do número de órfãos e a deterioração ambiental as funções de hospitalidade e de higiene exercidas pelas Instituições que

cuidavam da educação infantil se destacaram. (OLIVEIRA, 2010, p. 73).

Ainda, segundo a autora eram poucas as instituições destinadas para o atendimento de crianças da elite, destacando que:

(...) foram criados pelas elites políticas em 1875, no Rio de Janeiro, e em 1877, em São Paulo, os primeiros jardins de infância para atendimento de seus filhos sob os cuidados de entidades privadas e, alguns anos depois, em 1896, o primeiro jardim de infância público anexo à Escola Caetano de Campos, em São Paulo. (OLIVEIRA, 2008, p. 124)

Neste sentido, as instituições especificamente de Educação Infantil só surgiram em “estreita relação com as questões que dizem respeito à história da infância, da família, da população, da urbanização, do trabalho e das relações de produção” (KUHLMANN JUNIOR, 2010, p. 74). A difusão das instituições pré-escolares (maternais, creches e jardins de infância) mantinha um caráter assistencialista, fortemente influenciado pelo discurso higienista deste século, “a creche era considerada uma escola: de higiene, de moral e de virtudes sociais” (KUHLMANN JUNIOR, 2010, p. 74).

O discurso higienista estava ligado diretamente às condições de saúde da época, pois nesta época o índice de mortalidade de crianças pequenas era alto, tanto que:

[...] As “criadeiras”, como eram chamadas, foram estigmatizadas como “fazedoras de anjos”, em consequência da alta mortalidade das crianças por elas atendidas, explicada na época pela precariedade de condições higiênicas e materiais — acrescentaríamos hoje — pelos problemas psicológicos advindos de inadequada separação da criança pequena de sua família. (OLIVEIRA, 2005, p. 95).

Ou seja, podemos afirmar que segundo diversos autores o Brasil se insere no contexto de instituições de atendimento às crianças pequenas com uma história ligada ao assistencialismo, onde estava presente apenas a ideal do cuidar. .

Destacamos, pautado em Oliveira (2005), que no início do século XX, devido ao crescimento econômico do país e à industrialização as instituições de atendimento à criança pequena passaram a ser reivindicadas pelas mulheres operárias especialmente nos grandes centros que se industrializavam. Somasse a esse fato a defesa de médicos preocupados com as condições de vida da população

moradora em ambientes insalubres, e de políticos que viam na creche um meio de evitar a marginalidade e a criminalidade de crianças e jovens da população mais carente.

O fato dos filhos das operárias estarem sendo atendidos em creches, escolas maternais e jardins de infância, montadas pelas fábricas, passou a ser reconhecido por alguns empresários como vantajoso, pois mais satisfeitas, as mães operárias produziam melhor. (OLIVEIRA, 2005, p. 98).

Dessa forma, amplia-se vagarosa e progressivamente o atendimento à educação infantil, que com o apoio dos debates como o provocado pelo “Movimento das Escolas Novas” sobre a renovação pedagógica, na década de 30, que defendiam um nosso discurso próximo ao trabalho realizado nos jardins de infância, onde estudavam preferencialmente as crianças dos grupos sociais de prestígio, com a liberdade e o respeito ao desenvolvimento das crianças (OLIVEIRA, 2005, p. 98).

Mas, segundo Oliveira (2008) a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4024/61), mesmo referenciando as escolas maternais e os jardins de infância no sistema de ensino, “não assegurou o fortalecimento de práticas educativas adequadas às características das crianças pequenas, filhas de famílias de baixa renda” isto é, “as políticas adotadas pelos governos militares continuaram a acentuar a idéia de creche, e mesmo de pré-escola, como equipamento de assistência à criança carente (...) pois sofriam de ‘privação cultural’” (Ibid., p. 98).

Assim sendo, no Brasil por muito tempo o papel da Educação Infantil restrito a assistência da criança, e a superação da “privação cultural”. Entretanto, segundo a autora, a situação começou a mudar com a redemocratização política, com as discussões de pesquisadores sobre a importância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento da criança. Inicia-se então, um debate preocupado com a valorização das atividades pedagógicas mais sistematizadas.

o período foi marcado pelo debate dos educadores sobre como o trabalho realizado em creches e pré-escolas contribuiria na luta contra desigualdades sociais, o que provocou a elaboração de programações pedagógicas voltadas ao desenvolvimento linguístico e cognitivo das crianças (OLIVEIRA, 2008, p.99)

Neste contexto, progressivamente vem ganhando espaço do discurso que compreende a criança como um sujeito histórico e de direito que deve ser

estimulado com a finalidade de ter seu desenvolvimento integral. Desta forma, a Educação Infantil é instituída e oferecida.

Considerando as orientações em relação ao trabalho com as crianças pequenas, percebemos diversas iniciativas, das quais destacamos o Referencial Curricular para a Educação Infantil- RCNEI (1998) que foi construído com o objetivo de orientar as instituições no que diz respeito às questões curriculares.

Sobre os objetivos gerais da Educação Infantil, esse documento ressalta que a prática desenvolvida nessas instituições, deve se organizar de modo que as crianças desenvolvam as seguintes capacidades:

- desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;
- descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
- estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua auto-estima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;
- estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;
- observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;
- brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
- utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas idéias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;
- conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade (BRASIL, 1998, p. 63, v. 1).

Além do RCNEI (Brasil, 1998) foi recentemente publicado a Base Nacional Comum Curricular da Educação Infantil – BNCC EI (Brasil, 2017) que apresenta as aprendizagens essenciais dessa etapa de ensino e objetiva oferecer subsídios para a construção de currículo, que será estruturado na interação e na brincadeira possibilitando um amplo desenvolvimento das crianças.

Em suma, podemos afirmar que a Educação infantil vem se constituindo com área com suas especificidades considerando o próprio contexto e cenário brasileiro.

Assim, concordamos com Oliveira (2008) quando esta afirma que atualmente há as recomendações de um trabalho que supere o espaço de “silêncio e obediência” para concretizar um espaço no qual as crianças possam explorar e ser reconhecidas como interlocutoras inteligentes que constroem argumentos no confronto com situações estimulantes.”(OLIVEIRA, 2008, p. 151).

Diante dessa nova concepção é necessário compreender os direcionamentos dados em relação à presença das Artes Visuais, nesta etapa de ensino. E considerando nosso propósito de investigar os objetivos e as recomendações curriculares em torno das Artes Visuais na Educação Infantil, iniciaremos uma nova seção para explorá-lo.

2. O ENSINO DA ARTE E A EDUCAÇÃO INFANTIL

Conforme observamos na LDBEN os currículos para a Educação Básica, devem ter base nacional comum que deve ser complementada por uma parte diversificada, considerando cada sistema de ensino e estabelecimento escolar agregando as “características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos⁴” (BRASIL, 1996, Art. 26). Desta forma, considerando que Arte é um das disciplinas que compõem da Educação Básica ela deve ser trabalhada na própria Educação Infantil.

Fundamentado na lei de nº. 12.287, de 2010, em seu “§ 2º O ensino da arte, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular obrigatório nos diversos níveis da Educação Básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”(BRASIL, 2015, p. 18).

Diante disso, encontramos nas Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (BRASIL, 2009) a recomendação de que a Educação Infantil tem a função de promover experiências, por meio das quais as crianças sejam inseridas nas relações éticas e morais, considerando as especificidades de seus contextos de origem, colaborando ou complementando, as ações primárias das famílias, fundamentada nos princípios éticos, políticos e estéticos.

Especificamente, analisando os princípios estéticos vemos a valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais. Podemos considerar que os princípios estéticos possuem

vínculos com as produções artísticas e suas apreciações, e reflexão as diferentes culturas, bem como nas diversas formas de expressão dos jogos simbólicos, presentes nas atividades lúdicas, nas práticas distintas do brincar e nas diferentes brincadeiras existentes. (FRANCISCONI2016, p.40)

Esse princípio deve ser desenvolvido a partir das referências em torno do “Conhecimento de Mundo”, que deve ser trabalhado na Educação infantil, segundo o RCNEI (1998), por meio de seis eixos de trabalho orientados para a construção das diferentes linguagens pelas crianças e para as relações que estabelecem com os objetos de conhecimento: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

Neste sentido, ao focar as Artes Visuais no RCNEI (1998) encontramos como caracterização que:

As Artes Visuais expressam, comunicam e atribuem sentido a sensações, sentimentos, pensamentos e realidade por meio da organização de linhas, formas, pontos, tanto bidimensional como tridimensional, além de volume, espaço, cor e luz na pintura, no desenho, na escultura, na gravura, na arquitetura, nos brinquedos, bordados, entalhes etc. O movimento, o equilíbrio, o ritmo, a harmonia, o contraste, a continuidade, a proximidade e a semelhança são atributos da criação artística. A integração entre os aspectos sensíveis, afetivos, intuitivos, estéticos e cognitivos, assim como a promoção de interação e comunicação social, conferem caráter significativo às Artes Visuais (BRASIL, 1998, p.84)

Isto é, as Artes visuais possibilitam uma visão significativa e uma compreensão expressiva do mundo, por meio de um trabalho intencional direcionado à questões específicas como as linguagens, sendo uma das “formas importantes de expressão e comunicação humanas, o que, por si só, justifica sua presença no contexto da educação, de um modo geral, e na educação infantil, particularmente” (BRASIL, 1998, p.85).

Diante disso, FRANCISCONI (2016) ao estudar o ensino das Artes na Educação Infantil apresenta que a ação pedagógica na Educação Infantil deve ser realizada de forma interdisciplinar, buscando oportunizar atividades diversas, experiências de cunho artístico, permitindo a experimentação, o conhecimento e a participação na construção significativa, expressando sentimentos, opinando, questionando, refletindo, analisando, avaliando e desenvolvendo-se em busca do bem estar próprio, do outro e comum.

Por isso, a indicação dada para o desenvolvimento dessa forma de expressão é pautada na “compreensão, apreciação e produção”, pois conforme apresenta o RCNEI (1998), “as Artes Visuais devem ser concebidas como uma linguagem que tem estrutura e características próprias” (p.89) que devem ser ensinadas com uma ação pedagógica prática e reflexiva que articule:

- **fazer artístico** — centrado na exploração, expressão e comunicação de produção de trabalhos de arte por meio de práticas artísticas, propiciando o desenvolvimento de um percurso de criação pessoal;
- **apreciação** — percepção do sentido que o objeto propõe, articulando-o tanto aos elementos da linguagem visual quanto aos materiais e suportes utilizados, visando desenvolver, por meio da observação e da fruição²⁴, a capacidade de construção de sentido, reconhecimento, análise e identificação de obras de arte e de seus produtores;
- **reflexão** — considerado tanto no fazer artístico como na apreciação, é um pensar sobre todos os conteúdos do objeto artístico que se manifesta em sala, compartilhando perguntas e afirmações que a criança realiza instigada pelo professor e no contato com suas próprias produções e as dos artistas. (BRASIL, 1998,p. 89)

A orientação prevê, a criação de situações para aprendizagens que valorizem o ato criador e a construção pelas crianças de respostas singulares, e de compreensão dos significados coletivos, organizando momentos estimulantes, que desafiem os alunos a se expressar, comunicar e criar, possibilitando, assim, a apropriação de diferentes linguagens artísticas.

Para a realização deste propósito, encontramos a análise de Ferraz e Fusário (1994) em torno da formação de professores, as autores acreditam que:

... para desenvolver bem suas aulas, o professor que está trabalhando com arte precisa conhecer as noções dos fazeres artísticos e estéticos dos estudantes e verificar em que medida pode auxiliar na diversificação sensível e cognitiva dos mesmos. Nessa concepção, sequenciar atividades pedagógicas que ajudem ao aluno a aprender a ver, olhar, ouvir, pegar, sentir e comparar os elementos da natureza e as diferentes obras artísticas e estéticas do mundo cultural, deve contribuir para o aperfeiçoamento do aluno (FERRAZ; FUSARI, 1994, p.21).

No âmbito da Educação Infantil, o professor deve realizar um trabalho que permita vivências significativas que ampliem os repertórios vivenciais e culturais das crianças, construindo a compreensão sobre as múltiplas linguagens presentes no mundo e as próprias características da infância, por isso todo o trabalho deve ser direcionado pela ludicidade, já que nesta faixa etária a criança aprende brincando.

Mas, diante disso, OSTETO (2000) denuncia a simplificação e empobrecimento do trabalho artístico na Educação Infantil.

O que temos presenciado é a simplificação e o empobrecimento da “arte” em uma versão escolarizada, encerrada no fazer e visando a um produto, colocando em ação “o mesmo para todos”, “sigam o modelo”, “é assim que se faz”. Na Educação Infantil, frequentemente, a arte mostra-se com a roupagem de um conteúdo a ser ensinado em determinados momentos ou um conjunto de técnicas e instruções para o exercício de habilidades específicas (os “trabalhinhos” e as “atividades artísticas” vão por esse caminho). (OSTETO, 2000, p.4, grifos nossos)

Diante disso, consideramos que é essencial a reflexão docente sobre sua prática pedagógica e o próprio direcionamento do trabalho pedagógico, com a análise e domínio de questões curriculares pelo estudo das recomendações legais. Sendo assim, consideramos importante analisar as observações realizadas pela BNCC (2017) para compreender a presença da Arte na etapa da Educação Infantil.

3. O ENSINO DA ARTE E A EDUCAÇÃO INFANTIL: RECOMENDAÇÕES DA BNCC

Como vimos a Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica e como qualquer etapa possui objetivos de ensino que devem guiar a prática docente. Dessa forma, em 2017, foi promulgado o documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que apresenta as orientações curriculares para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental. Dessa forma a BNCC (2017) possui força legal e prevê que cada rede/sistema ou instituição de ensino, no âmbito público ou privado, construa seu currículo observando as recomendações curriculares apresentadas no documento.

A BNCC da Educação Infantil apresenta as aprendizagens essenciais que as crianças de zero a cinco anos devem desenvolver no trabalho escolar. O documento compreende a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, devendo ser estruturada a partir dos eixos da “interação” e “brincadeiras”, considerando as características específicas da faixa etária atendida na etapa de ensino.

A Educação Infantil deve ser organizada de modo a atender os seis direitos de aprendizagem, a partir de um trabalho que respeite as características das

crianças e estimule sem desenvolvimento pleno. Os seis direitos de aprendizagem são:

- **Conviver** com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- **Brincar** cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- **Participar** ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.
- **Explorar** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- **Expressar**, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- **Conhecer-se** e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. (BNCC, 2017, p.32. Grifos nossos)

Observando os direitos de aprendizagem, podemos perceber que os mesmos podem configurar a prática docente, que deve ser construída considerando-os amplamente.

Especificamente focando as Artes Visuais, podemos destacar a relação com todos os direitos, em especial o direito de explorar e de expressar, visto que o trabalho com esta área está ligado à expressão das crianças por meio das diferentes linguagens, inclusive a artística. Bem como, nas Artes Visuais está presente a exploração dos diferentes materiais e possibilidades criativas.

Entretanto a BNCC (2017) além dos direitos de aprendizagem, apresenta a organização desta etapa de ensino em campos de experiências, que organizam as aprendizagens não mais em disciplinas ou áreas, mas sim aproximando-as conforma as experiências. O documento apresenta cinco campos de experiências para a composição do currículo da Educação Infantil, são eles:

- O eu, o outro e o nós
- Corpo, gestos e movimentos

- Traços, sons, cores e formas
- Escuta, fala, pensamento e imaginação
- Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações (BRASIL, 2017, p. 25)

Os campos de experiência se configuram como “arranjo curricular que acolhe as situações e as experiências concretas da vida cotidiana das crianças e seus saberes, entrelaçando-os aos conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural.” (BRASIL, 2017, p. 38). Cada um desses campos de conhecimentos, considerando a faixa etária, apresenta um gama de objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

Deste modo e focando o objetivo de nosso trabalho, examinaremos de forma aprofundada o campo de experiência “traços, sons, cores e formas”, que definem a destacam as vivências e as aprendizagens, que os alunos da Educação Infantil precisam ter em relação aos conhecimentos artísticos. Segundo a BNCC (2017) pelo campo de experiência destacado deve-se realizar um trabalho orientado permitindo a criança:

Conviver com diferentes manifestações artísticas, culturais e científicas, locais e universais, no cotidiano da instituição escolar, possibilita às crianças, por meio de experiências diversificadas, vivenciar diversas formas de expressão e linguagens, como as artes visuais (pintura, modelagem, colagem, fotografia etc.), a música, o teatro, a dança e o audiovisual, entre outras. Com base nessas experiências, elas se expressam por várias linguagens, criando suas próprias produções artísticas ou culturais, exercitando a autoria (coletiva e individual) com sons, traços, gestos, danças, mímicas, encenações, canções, desenhos, modelagens, manipulação de diversos materiais e de recursos tecnológicos. (BRASIL, 2017, p. 39)

Esse campo de experiência está preocupado com o desenvolvimento de conhecimentos relevantes nas Artes Visuais, descobrindo a diversidade de manifestações e expressões e vivenciando as diferentes linguagens, permitindo a apropriação e a criação. Para que a criança possa adquirir o “senso estético e crítico, o conhecimento de si mesmas, dos outros e da realidade que as cerca” (Brasil, 2018, pág. 39)

Portanto, concordamos com o documento, é necessário desenvolver uma Educação Infantil que promova “a participação das crianças em tempos e espaços para a produção, manifestação e apreciação artística, de modo a favorecer o

desenvolvimento da sensibilidade, da criatividade e da expressão pessoal das crianças” (BRASIL, 2018, p. 39). Sendo assim, as crianças terão vivências e experiência que lhes permitam a apropriação e a reconfiguração de forma permanentemente da cultura, potencializando seus repertórios artísticos e suas experiências de interpretação.

Por conseguinte, consideramos importante destacarmos os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de cada faixa etária. Iniciando pelos bebês, crianças de zero até um ano e seis meses, percebemos a introdução de um trabalho de reconhecimento e de descobertas, direcionados pelos seguintes objetivos:

- (EI01TS02) Explorar sons produzidos com o próprio corpo e com objetos do ambiente;
- (EI01TS02) Traçar marcas gráficas, em diferentes suportes, usando instrumentos riscantes e tintas;
- (EI01TS03) Explorar diferentes fontes sonoras e materiais para acompanhar brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias; (Brasil, 2017, p. 46)

Analisando estes objetivos podemos afirmar que em relação ao universo das Artes Visuais apenas o segundo objetivo está direcionado aos seus conteúdos, focando o reconhecimento das marcas gráficas e dos diferentes suportes e instrumentos. Isto é, há a preocupação com a diversidade.

Já no segundo grupo etário, crianças bem pequenas, ou crianças de um ano e sete meses até três anos e onze meses, os objetivos desse campo de experiência são:

- (EI02TS02) Criar sons com materiais, objetos e instrumentos musicais, para acompanhar diversos ritmos de música.;
- (EI02TS02) Utilizar materiais variados com possibilidades de manipulação (argila, massa de modelar), explorando cores, texturas, superfícies, planos, formas e volumes ao criar objetos tridimensionais.;
- (EI02TS03) Utilizar diferentes fontes sonoras disponíveis no ambiente em brincadeiras cantadas, canções, músicas e melodias. (BRASIL, 2017, pág. 46)

Novamente temos três objetivos que exploram as diferentes linguagens artísticas, sendo que focando as Artes Visuais encontramos o segundo objetivo que amplia as experiências e estimula às crianças a construir saberes em relação às

diferentes manifestações, experimentando diferentes materiais e tendo contato com a diversidades de possibilidades.

Na última faixa etária atendida na Educação Infantil, atendendo crianças de quatro e cinco anos, denominada crianças pequenas, encontramos os seguintes objetivos:

(EI02TS02) Utilizar sons produzidos por materiais, objetos e instrumentos musicais durante brincadeiras de faz de conta, encenações, criações musicais, festas;

(EI02TS02) Expressar-se livremente por meio de desenho, pintura, colagem, dobradura e escultura, criando produções bidimensionais e tridimensionais.;

(EI02TS03) Reconhecer as qualidades do som (intensidade, duração, altura e timbre), utilizando-as em suas produções sonoras e ao ouvir músicas e sons.. (BRASIL, 2017, pág. 46)

Nesta faixa etária o foco do trabalho artístico, que também aparece no segundo item, refere-se especificamente à expressividade livre utilizando diferentes ações da área de linguagem visual: desenho, colagem, dobradura, escultura. Aqui vemos novamente a preocupação com a diversidade de experiências e com a riqueza de possibilidades presente no trabalho artístico.

Enfim, considerando as Artes Visuais podemos afirmar que a BNCC prevê um trabalho na Educação Infantil rico na construção e conhecimentos pautados na diversidade de vivências, de expressões, de materiais, de instrumentos, possibilitando situações de aprendizagens em que o aluno possa construir, analisar e compreender essa linguagem tão importante no contexto mundial.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir com essa pesquisa, que o Ensino das Artes Visuais é de extrema relevância para a formação plena dos alunos, desde a Educação Infantil, pois representa uma das linguagens mais expressivas e presentes no meio social.

Neste sentido, a Educação Infantil, por ser a primeira etapa da Educação Básica, possui a incumbência de desenvolver nos alunos vivências amplas e contextuais que considerem a diversidade das manifestações artísticas e de materiais.

Observamos que esse trabalho pode e deve ser iniciado com os bebês, pois a própria Base Nacional Comum Curricular prevê objetivos de aprendizagem e

desenvolvimento nesta área, considerando o campo de experiência “traços, sons, cores e formas”.

Defendemos, ao longo desta pesquisa, um trabalho que parta da realidade da criança, levando em consideração sua cultura, suas idéias, suas dificuldades compreendendo e respeitando seus saberes e estimulando o conhecimento das Artes Visuais, a apreciação, e a produção ou criação artísticas, formando um aluno sensível, crítico e humana diante de uma das linguagens mais expressivas presente sem sociedade.

Enfim, considerando as Artes Visuais podemos afirmar que a Educação Infantil é a etapa mais coerente para a realização de um trabalho direcionado e rico na construção e conhecimentos pautados na diversidade de vivências, de expressões, de materiais, de instrumentos artísticos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília. 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume2.pdf>. Acesso em 28 de junho de 2018.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. **Base Nacional Comum Curricular** Brasília: MEC/SEF, 2017.

CRAIDY, Carmem Maria; KAERCHER, Gládis Elise P. da Silva (Orgs.). **Educação Infantil: pra que te quero?** Porto Alegre, Artmed Editora, 2001.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de; PALHARES, Marina Silveira (orgs.). **Educação Infantil pós-LDB: rumos e desafios**. 6ª Ed. Campinas: Autores Associados, 2007. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 62).

FRANCISCONI, A. L, **Ensino da Arte Na Educação Infantil na Perspectiva da Matriz HistóricoCultural: Os Interstícios do Ser e vir-a-ser Professora da arte**. 2016. 172 f. Dissertação de mestrado. Universidade Norte do Paraná, Londrina, 2016.

MACHADO, Maria Lúcia de A. (ORG.). **Encontros e Desencontros em Educação Infantil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005

MENDONÇA, Fernando Wolff. **Teoria e Prática na Educação Infantil**. Maringá, PR: UNICESUMAR, 2013.

OLIVEIRA, Zilma Moraes R. Educação infantil: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2005. (Coleção Docência em Formação).

_____ (ORG.). **Educação Infantil: muitos olhares**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____ **o currículo na educação infantil: o que propõem as novas diretrizes nacionais?** In: ANAIS DO I SEMINÁRIO NACIONAL: Currículo Em Movimento – Perspectivas Atuais Belo Horizonte, novembro de 2010

OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). **Encontros e Encantamentos na Educação Infantil**, S.P.: Papirus, 2000. PORTO ALEGRE.

UJIE, Nájela Tavares; PIETROBON, Sandra Regina Gardacho. **O movimento a favor da infância no Brasil**. Cadernos do CEOM – Memória, História e Educação. Chapecó, SC, ano 21, n. 28, 2008. Disponível em: Acesso em: 04 jul. 2018.

Recebido em 14/12/2018

Aprovado em 12/3/2019